

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 506.174 - SP (2019/0115920-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RITA DE CASSIA GANDOLPHO - SP293626
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRE JOSE MARQUES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALEXANDRE JOSE MARQUES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado em Execução n. 9004175-98.2018.8.26.0050).

Consta dos autos que o ora paciente cometeu delito em 15/09/2014, durante o prazo do livramento condicional, cujo término estava previsto para 18/6/2015. O Juízo da Execução revogou o benefício em 31/08/2018, com base no art. 86, I, do Código Penal:

A ausência de decisão prévia determinando a suspensão é irrelevante. Primeiro porque a suspensão não é pressuposto obrigatório da posterior revogação, podendo esta última ocorrer de plano e de forma autônoma. Segundo porque não chegou a ocorrer qualquer decisão deste Juízo reconhecendo o término do cumprimento da pena. E nem poderia ser diferente, porque a situação processual do sentenciado ainda estava indefinida, eis que somente com o trânsito em julgado da condenação é que será deliberado a respeito do cômputo ou não, como pena cumprida dos dias em que o sentenciado esteve em liberdade em razão do livramento condicional atualmente suspenso (no caso, não será computado como pena cumprida, mas, sim, como período de interrupção, eis que se tratou de revogação por conta de delito perpetrado no curso do benefício) (fl. 42).

A defesa interpôs agravo em execução sustentando a impossibilidade de revogação do livramento condicional após o término do período de prova, sem prévia suspensão ou interrupção expressa do benefício. O Tribunal *a quo*, porém, negou provimento ao recurso:

No caso em foco, conforme se observa dos autos, o agravante praticou novo crime, sendo preso em flagrante em 14/09/2014,

Superior Tribunal de Justiça

ou seja, no curso do livramento condicional que lhe fora concedido em 28/01/2014. Além disso, o sentenciado acabou definitivamente condenado por este novo crime (autos nº 0025904-18.2014.8.26.0071, da 4ª Vara Criminal da Comarca da Bauru), cujo trânsito em julgado para a defesa ocorreu em 01/06/2017 (cf. Folha de Antecedentes).

Portanto, era mesmo caso de revogação obrigatória da liberdade condicional, qual seja, aquela prevista para o caso de cometimento de crime durante o período de prova do benefício, conforme previsto no artigo 86, inciso I, do Código Penal, para a qual se faz necessária a ocorrência do trânsito em julgado da condenação superveniente (fl. 85).

No presente *habeas corpus*, reiterando-se a tese acima, requer-se a extinção da pena.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem para que seja declarada a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena (fls. 131/135).

É o relatório.

Decido.

Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem de ofício se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente, como no caso dos autos.

O acórdão impugnado está em dissonância com o entendimento desta Corte de que o livramento condicional deve ser suspenso ou revogado de forma expressa no curso do período de prova. Do contrário, a pena restará extinta, nos termos dos arts. 90 do Código Penal e 146 da Lei de Execução Penal.

Esse é o entendimento sumulado no Enunciado n. 617, desta Corte Superior de Justiça, *verbis*:

A ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena.

Nesse sentido, cito, ainda, os seguintes precedentes:

EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL.

Superior Tribunal de Justiça

PRÁTICA DE NOVO DELITO. SUSTAÇÃO CAUTELAR DURANTE O PERÍODO DE PROVA. EXTINÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. Conforme jurisprudência desta Corte, ressalvado o entendimento da Relatora, cometido novo delito, deve o magistrado adotar a providência prevista no art. 145 do Código Penal, vale dizer, suspender cautelarmente o benefício, sob pena de extinção da reprimenda.

2. Hipótese em que o magistrado da execução suspendeu cautelarmente o livramento condicional, de forma expressa, no curso do período de prova. Inviável, assim, a pretendida extinção da pena.

3. Ordem denegada (HC 212.509/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2012).

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. LIVRAMENTO CONDICIONAL. COMETIMENTO DE NOVO DELITO NO CURSO DO BENEFÍCIO. DECISÃO DE PRORROGAÇÃO APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE.

I - Cabe ao Juízo da Vara de Execuções Penais, nos termos do art. 145 da LEP, quando do cometimento de novo delito no período do livramento condicional, suspender cautelarmente a benesse, durante o período de prova, para, posteriormente, revogá-la, em caso de condenação com trânsito em julgado.

II - Expirado o prazo do livramento condicional sem a sua suspensão ou prorrogação (art. 90 do CP), a pena é automaticamente extinta, sendo flagrantemente ilegal a sua revogação posterior ante a constatação do cometimento de delito durante o período de prova. (Precedentes do STJ e do STF).

III - In casu, não houve a suspensão cautelar do livramento condicional durante o seu curso, inexistindo, portanto, qualquer obstáculo para se reconhecer a extinção da pena, nos termos do art. 90 do Código Penal.

Habeas corpus concedido (HC 279.405/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 27/11/2014).

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. COMETIMENTO DE NOVO DELITO, NO CURSO DO BENEFÍCIO. INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO CAUTELAR. PENA EXTINTA. ILEGALIDADE FLAGRANTE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a

Superior Tribunal de Justiça

recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. A teor da jurisprudência pacífica do STJ, ainda que praticado novo delito no curso do período de prova, extingue-se a pena, nos termos do disposto no art. 145 da Lei n. 7.210/84, se não houver suspensão cautelar do benefício do livramento condicional dentro desse prazo. Precedentes.

3. Habeas corpus não conhecido. Concessão da ordem de ofício para, cassando o acórdão impugnado, restabelecer a sentença que julgou extinta a pena (HC 295.976/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 17/09/2014).

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*, mas concedo a ordem, de ofício, para declarar extinta a pena privativa de liberdade relacionada ao livramento condicional.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator